

T4F Entretenimento S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações
contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268BG-053-PB



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas	3
Relatório da administração	5
Informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas	16
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026	22
Declaração dos diretores sobre as informações contábeis intermediárias	71
Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	72

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade” e ISRE 2410 “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

T4F TIME FOR FUN

RELEASE 2T26

Webinar de resultados 2T26

Data: 13 de agosto de 2026

Português: 18h00 (BRT) | 16h00 (EST)

Inglês: 19h00 (BRT) | 18h00 (EST)

Link da inscrição: [webinar 2T26](#)

Central de resultados: ri.t4f.com.br

DESTAQUES 2T26

Indicadores Financeiros (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Receita Líquida	54,4	23,9	-56%	77,4	56,9	-26%
Promoção de Eventos	10,1	0,3	(1,0)	10,1	13,6	35%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	29,2	21,2	-27%	48,1	37,9	-21%
Patrocínio	15,1	2,3	-85%	19,2	5,4	-72%
Custo	(41,2)	(20,0)	-52%	(60,2)	(44,8)	-26%
Lucro Bruto	13,2	3,9	-71%	17,2	12,1	-30%
Margem Bruta (%)	24,3%	16,2%	-8,0 p.p.	22%	21%	-0,9 p.p.
SG&A	(14,9)	(9,3)	37%	(24,6)	(21,0)	15%
Outras receitas (despesas) operacionais	3,1	(2,3)	-175%	4,0	1,6	-60%
(+) Depreciação e amortização	1,7	1,6	-3%	3,2	3,3	2%
EBITDA	3,1	(6,2)	n.a.	(0,3)	(4,1)	n.a.
Margem EBITDA (%)	5,8%	-26,0%	-31,8 p.p.	0%	-7%	-6,8 p.p.
(-) Depreciação	(1,7)	(1,6)	3%	(3,2)	(3,3)	-2%
Resultado Financeiro	(4,3)	(6,2)	-45%	(9,0)	(12,4)	-37%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2,7	(0,5)	n.a.	0,5	1,1	97%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(0,2)	(14,7)	n.a.	(12,0)	(18,7)	-56%
Margem Líquida (%)	-0,4%	-61,6%	-61,3 p.p.	-16%	-33%	-17,3 p.p.

Indicadores Operacionais	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Música Ao Vivo						
Eventos Promovidos	6	1	-83%	6	4	-33%
Ingressos Vendidos (000)	30,2	1	-98%	30,2	54	77%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	298	293	-2%	298	275	-8%
Eventos Família e Teatro						
Eventos Promovidos	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Ingressos Vendidos (000)	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Total						
Número de Eventos	6	1	-83%	6	4	-33%
Ingressos Vendidos (000)	30,2	1	-98%	30,2	54	77%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	298	293	-2%	298	275	-8%

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, clientes e parceiros,

O segundo trimestre teve um calendário mais enxuto de eventos próprios.

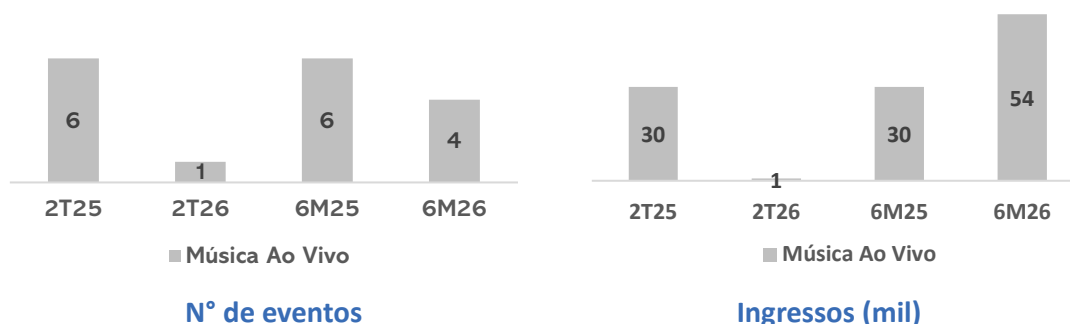
O Teatro Renault foi alugado para a promoção de Shrek – O Musical e, em Música Ao Vivo, realizamos o show da cantora francesa Pomme.

Após o sucesso da turnê de Marisa Monte no Nordeste, anunciamos uma nova apresentação no Nubank Parque, em novembro, com ingressos praticamente esgotados. Também seguem abertas as vendas para o show da Laura Pausini no Pacaembu, em 2027. No Teatro Renault, estão abertas as vendas para Meu Filho, um Musical, inspirado na trajetória de Paulo Gustavo, além de outros conteúdos que esperamos anunciar em breve.

Continuamos avaliando novas oportunidades de shows, espetáculos e parcerias. Agradecemos a confiança e seguimos conectando pessoas por meio da música, da cultura e do entretenimento ao vivo.

Francesca Alterio
CEO

INDICADORES OPERACIONAIS



No 2T26, promovemos uma apresentação da artista francesa Pomme, frente a seis eventos no 2T25. No acumulado do semestre, foram quatro eventos promovidos e 53,6 mil ingressos vendidos, frente a seis eventos e 30,2 mil ingressos no 6M25.

O Teatro Renault recebeu no trimestre a temporada de Shrek - O Musical, com 90 apresentações e mais de 98 mil ingressos vendidos.

RECEITA LÍQUIDA

Indicadores Financeiros (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Promoção de Eventos	10,1	0,3	-97%	10,1	13,6	35%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	29,2	21,1	-28%	48,1	37,9	-21%
Patrocínio	15,1	2,3	-85%	19,2	5,4	-72%
TOTAL	54,4	23,8	-56%	77,4	56,9	-26%
Número de Eventos	6,0	1,0	-83%	6,0	4,0	-33%
Ingressos Vendidos (mil)	30,2	0,7	-98%	30,2	53,6	77%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	297,8	292,6	-2%	297,8	275,4	-8%

Em Promoção de Eventos, Receita Líquida totalizou R\$ 0,3 milhões, devido à apresentação única do show da artista Pomme.

Em Operações de Bilheteria, A&B e Venues, o 2T26 apresentou uma redução de 28% quando comparado ao 2T25, totalizando R\$ 21,1 milhões.

Na Receita Líquida de Patrocínios, a Companhia registrou redução de 85% quando comparado ao 2T25, totalizando R\$ 2,3 milhões.

No total, a Receita Líquida do 2T26 atingiu R\$ 23,8 milhões, uma redução de 56% em relação ao 2T25, refletindo principalmente o menor calendário de eventos próprios.

LUCRO BRUTO

Lucro (Prejuízo) Bruto (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Receita Líquida	54,4	23,8	-56%	77,4	56,9	-26%
Custo	(41,2)	(20,0)	-52%	(60,2)	(44,8)	-26%
Lucro (Prejuízo) Bruto	13,2	3,8	-71%	17,2	12,2	-29%
Margem Bruta (%)	24,2%	16,0%	-8,3 p.p.	22,2%	21,4%	-0,8 p.p.
Promoção de Eventos	(11,1)	(4,7)	-57%	(11,1)	(1,5)	-86%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	9,1	6,2	-32%	9,0	8,3	-8%
Patrocínio	15,1	2,3	-85%	19,2	5,4	-72%

O Lucro Bruto do 2T26 foi de R\$ 3,8 milhões, redução de 71% frente ao 2T25. A margem bruta foi de 16%, ante 24,2% no mesmo período do ano anterior.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Vendas	(0,6)	(0,7)	-17%	(0,9)	(1,3)	-50%
Gerais e Administrativas	(13,5)	(8,0)	41%	(22,2)	(18,5)	17%
Remuneração dos Administradores	(0,8)	(0,6)	23%	(1,6)	(1,2)	20%
SG&A	(14,9)	(9,3)	37%	(24,6)	(21,0)	15%
% Total/Receita Líquida	27,3%	39,2%	11,9 p.p.	31,8%	36,9%	5,1 p.p.
Outras receitas (despesas) operacionais	3,1	(2,3)	-175%	4,0	1,6	-60%
Total	(11,8)	(11,6)	1%	(20,7)	(19,4)	6%
% Total/Receita Líquida	-21,6%	-48,8%	-27,2 p.p.	-26,6%	-34,1%	-7,5 p.p.

O SG&A recuou 37%, para R\$ 9,3 milhões no 2T26 versus o 2T25, resultado dos esforços da Companhia para gerar eficiência nos gastos administrativos.

O trimestre do exercício anterior foi beneficiado pela reversão de provisões, presente na linha de Outras receitas (despesas) operacionais, ao passo que o resultado deste ano foi impactado por novas provisões de contingências.

As Despesas Operacionais totalizaram assim R\$ 11,6 milhões no 2T26, praticamente estáveis frente ao 2T25.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(0,1)	(14,6)	n.a.	(12,0)	(18,6)	-55%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2,7)	0,5	n.a.	(0,5)	(1,1)	-97%
(+) Resultado Financeiro Líquido	4,3	6,2	45%	9,0	12,4	37%
(+) Depreciação	1,7	1,6	-3%	3,2	3,3	2%
EBITDA	3,1	(6,2)	n.a.	(0,3)	(4,0)	n.a.

O EBITDA do 2T26 foi negativo em R\$ 6,2 milhões, frente a R\$ 3,1 milhões positivos no 2T25. A margem EBITDA foi de -25,8%, ante 5,7% no mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Receitas Financeiras	6,6	0,8	-88%	9,2	3,1	-66%
Juros Ativos	4,8	(0,0)	n.a.	5,8	(0,0)	n.a.
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1,1	0,8	-31%	2,6	2,1	-20%
Outros	0,7	(0,0)	n.a.	0,8	1,0	33%
Despesas Financeiras	(6,5)	(3,6)	45%	(16,5)	(8,9)	46%
Juros passivos	(2,6)	(0,3)	87%	(4,0)	(1,2)	72%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(0,1)	(0,0)	91%	(0,5)	(0,0)	95%
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(3,7)	(2,2)	42%	(10,7)	(5,0)	54%
Outras	(0,2)	(1,1)	-603%	(1,2)	(2,7)	-123%
Receitas - Despesas Financeiras	0,1	(2,8)	n.a.	(7,3)	(5,8)	21%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(4,3)	(3,4)	20%	(1,7)	(6,6)	-282%
Variação Cambial	(1,2)	2,0	n.a.	6,5	4,9	-25%
Variação Monetária	(2,6)	(1,0)	60%	(3,5)	(3,2)	8%
Variação Hiperinflação	(0,5)	(4,4)	-786%	(4,8)	(8,4)	-74%
Resultado Financeiro Líquido	(4,3)	(6,2)	-45%	(9,0)	(12,4)	-37%

O Resultado Financeiro Líquido do 2T26 foi negativo em R\$ 6,2 milhões, frente a R\$ 4,3 milhões negativos no 2T25. A variação reflete principalmente a redução das receitas financeiras dos Juros Ativos, parcialmente compensada por menores despesas financeiras com a diminuição da dívida e, consequentemente, das despesas financeiras com Juros Passivos, além do menor efeito negativo combinado de variação cambial, monetária e hiperinflação.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mm)	2T25	2T26	Var. % (2T26/2T25)	6M25	6M26	Var. % (6M26/6M25)
Resultado Antes de Impostos	(2,8)	(14,0)	-399%	(12,5)	(19,7)	-57%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(0,0)	(0,2)	-474%	0,0	(0,7)	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	2,7	(0,4)	n.a.	0,5	1,8	246%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(0,1)	(14,6)	n.a.	(12,0)	(18,6)	-55%
Margem Líquida (%)	-0,2%	-61,4%	-61,2 p.p.	-15,5%	-32,7%	-17,2 p.p.

A Companhia registrou Prejuízo Líquido de R\$ 14,6 milhões no 2T26, frente a R\$ 0,1 milhão negativo no 2T25. No acumulado do semestre, o prejuízo foi de R\$ 18,6 milhões, comparado a R\$ 12,0 milhões negativos no 6M25.

CAPITAL DE GIRO

Capital de Giro (R\$ mm)	2T25	1T26	2T26	Var. (2T26/2T25)
Ativo Circulante	134,1	97,1	87,5	-35%
Contas a Receber	74,5	36,8	26,2	-65%
Estoques	1,0	1,2	1,2	14%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	6,2	10,0	11,8	91%
Imposto a Recuperar	47,2	44,7	43,0	-9%
Outras contas a receber	5,2	4,6	5,4	3%
Passivo Circulante	135,7	93,0	80,0	-41%
Fornecedores	105,3	66,7	56,5	-46%
Adiantamento de Clientes	18,0	11,7	12,9	-28%
Salários, provisões e contribuições sociais	2,1	2,2	1,9	-13%
Impostos e contribuições a recolher	8,8	11,9	7,6	-14%
Outras obrigações	1,6	0,5	1,2	-24%
Capital de Giro	(1,8)	4,1	7,5	-36%

O Capital de Giro encerrou o 2T26 positivo em R\$ 7,5 milhões, frente a R\$ 1,8 milhão negativo no 2T25 e R\$ 4,1 milhões positivos no 1T26, refletindo uma redução do Passivo Circulante superior à redução do Ativo Circulante. Na comparação com o 2T25, o aumento do Capital de Giro refletiu principalmente a queda na conta de Fornecedores, movimento associado ao menor nível de atividade operacional do trimestre.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	2T25	1T26	2T26	Var. (2T26/1T26)	6M25	6M26
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP)	96,6	72,4	63,4	-12%	114,0	72,4
Fluxo de Caixa Operacional	(33,1)	8,0	(6,8)	-185%	(47,0)	1,2
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,4)	(0,6)	(0,7)	-10%	(0,8)	(1,3)
Fluxo de Caixa de Financiamento	(3,6)	(13,3)	(18,4)	-39%	(12,5)	(31,7)
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	38,3	(3,1)	0,0	100%	44,0	(3,1)
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	1,2	(9,0)	(25,9)	-188%	(16,3)	(34,9)
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	97,8	63,4	37,5	-41%	97,7	37,5
Empréstimos e Financiamentos - CP	51,5	24,6	12,2	-50%	51,5	12,2
Passivo de Arrendamento - CP	3,4	2,5	3,1	24%	3,4	3,1
Passivo de Arrendamento - LP	9,5	7,9	8,4	7%	9,5	8,4
Endividamento Total	64,4	34,9	23,6	-32%	64,4	23,6
Caixa (Dívida) Líquido	33,4	27,5	13,9	-50%	33,3	13,9

Encerramos o 2T26 com Caixa Bruto de R\$ 37,5 milhões e Endividamento Total de R\$ 23,6 milhões, resultando em Caixa Líquido de R\$ 13,9 milhões, uma queda de 50% comparado ao Caixa Líquido de R\$ 27,5 milhões do 1T26.

O fluxo de caixa operacional foi negativo em R\$ 6,8 milhões no 2T26, contra R\$ 33,1 milhões negativos no 2T25, em razão do menor nível de gastos operacionais no trimestre e do recebimento das vendas da turnê Phonica realizada no 1T26.

O fluxo de caixa de financiamentos foi negativo em R\$ 18,4 milhões no 2T26, frente a R\$ 3,6 milhões negativos no 2T25, devido ao pagamento de parcelas de principal e juros dos empréstimos contratados.

PIPELINE

Em Música Ao Vivo, teremos o show de Marisa Monte no Nubank Parque, que já conta com os ingressos quase esgotados. Também continuamos com as vendas para a apresentação de Laura Pausini no Estádio do Pacaembu, em fevereiro de 2027.

No segmento de Família e Teatro, o Teatro Renault, tivemos as apresentações de Minha Vida em Marte, com Mônica Martelli, e está com vendas abertas para Meu Filho, um Musical, espetáculo inspirado na trajetória de Paulo Gustavo, com início das sessões em agosto, além de outros conteúdos a serem anunciados em breve.

A Companhia segue avaliando novas oportunidades de conteúdo e parcerias para o próximo ciclo de eventos, reafirmando seu compromisso em oferecer experiências únicas e de alta qualidade ao público.



BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ mil)

ATIVO	2T25	2T26
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	95.651	36.500
Aplicações financeiras	2.090	1.044
Contas a receber	74.501	26.150
Estoques	1.033	1.181
Tributos a recuperar	47.229	43.027
Adiantamentos a fornecedores	3.770	8.786
Outras contas a receber	5.200	5.363
Total do ativo circulante	231.880	125.051
NÃO CIRCULANTE		
Tributos a recuperar LP	11.923	11.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)	50.615	50.865
Depósitos judiciais	8.902	4.986
Custos antecipados LP	5.215	502
Partes relacionadas (ativo)	8.408	8.400
Total do realizável a longo prazo	85.062	76.677
Imobilizado	7.334	6.703
Bens de direito de uso	10.610	9.383
Intangível:		
Ágio na aquisição de investimentos	58.479	58.479
Outros intangíveis	6.688	5.988
Total do ativo não circulante	168.174	157.230
TOTAL DO ATIVO	400.054	282.281
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	105.311	56.489
Empréstimos, financiamentos e debêntures	51.501	12.215
Passivo de arrendamento	3.368	3.065
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.297	1.615
Salários, provisões e encargos sociais	2.143	1.870
Impostos e contribuições a recolher	8.765	7.554
Adiantamentos de clientes	17.972	12.926
Outras obrigações	1.551	1.185
Total do passivo circulante	194.907	96.919
Passivo de arrendamento LP	9.540	8.414
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38.840	67.133
Imposto de renda e contribuição social diferidos	634	783
Impostos e contribuições a recolher LP	23.963	18.648
Total do passivo não circulante	72.976	94.977
Total do passivo	267.883	191.896
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações	(9.665)	(9.665)
Reserva de reavaliação	118	101
Lucro (Prejuízo) acumulado	(215.847)	(254.274)
Outros resultados abrangentes	110.996	110.730
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	128.625	89.914
Participação dos acionistas não controladores	3.546	471
Total do patrimônio líquido	132.171	90.385
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	400.054	282.281

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(R\$ mil)

Demonstração do Resultado	2T25	2T26
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	54.398	23.768
CUSTO DOS SERV.PREST.E PROD.VENDIDOS	(41.234)	(19.886)
LUCRO BRUTO	13.164	3.882
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Vendas	(605)	(708)
Gerais e administrativas	(13.452)	(7.991)
Remuneração dos administradores	(798)	(612)
Outros resultados com investimentos	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.093	(2.330)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINAN	1.402	(7.759)
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(19.472)	(3.639)
Receitas financeiras	19.565	790
Variação cambial e monetária, líquida	(4.307)	(3.439)
RESULTADO ANTES DE IRRF E CSLL	(2.813)	(14.047)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(32)	(182)
Diferidos	2.739	(356)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(105)	(14.585)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.430	24.972	36.500	71.440
Aplicações financeiras		1.044	999	1.044	999
Contas a receber	8	10.525	23.526	26.150	48.017
Estoques		297	297	1.181	1.168
Tributos a recuperar	9	28.550	30.097	43.027	44.511
Adiantamentos a fornecedores	10	3.679	2.440	8.786	8.248
Custos antecipados	11	2.237	892	3.001	1.343
Outras contas a receber		5.292	4.571	5.363	4.868
Total do ativo circulante		60.054	87.794	125.052	180.594
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.347	47.257	50.865	50.817
Tributos a recuperar	9	11.923	11.923	11.923	11.923
Depósitos judiciais	20.3)	4.063	4.082	4.986	4.838
Custos antecipados	11	502	809	502	809
Partes relacionadas	12.1)	26.511	27.488	8.403	8.403
Total do realizável a longo prazo		90.346	91.559	76.679	76.790
Investimentos	13.a)	101.260	114.711	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	58.480	58.480	-	-
Imobilizado	14.a)	1.607	1.797	6.703	6.619
Bens de direito de uso	14.d)	9.383	9.108	9.383	9.108
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	58.480	58.480
Outros intangíveis	14.c)	2.574	3.108	5.988	6.046
Total do ativo não circulante		263.650	278.763	157.233	157.043
TOTAL DO ATIVO		323.704	366.557	282.285	337.637

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	24.564	18.471	56.489	60.421
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	12.215	38.953	12.215	38.953
Passivo de arrendamento	17	3.065	2.566	3.065	2.566
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.b)	1.615	2.630	1.615	2.630
Salários, provisões e encargos sociais		699	1.239	1.870	2.375
Impostos e contribuições a recolher	18	4.141	5.325	7.554	12.232
Adiantamentos de clientes	19	10.354	19.211	12.926	19.215
Outras obrigações		343	341	1.188	362
Total do passivo circulante		56.996	88.736	96.922	138.754
NÃO CIRCULANTE					
Passivo de arrendamento	17	8.414	8.441	8.414	8.441
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	46.398	45.425	67.133	65.955
Provisão para perdas em investimentos em controladas	13.a)	10.742	10.408	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		84	-	783	584
Impostos e contribuições a recolher	18	18.180	19.360	18.648	19.745
Partes relacionadas	12.1)	92.976	91.155	-	-
Total do passivo não circulante		176.794	174.789	94.978	94.725
Total do passivo		233.790	263.525	191.900	233.479
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reserva de reavaliação	14.b)	101	109	101	109
Lucro (Prejuízo) acumulado		(254.274)	(236.683)	(254.274)	(236.683)
Outros resultados abrangentes		110.730	106.249	110.730	106.249
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		89.914	103.032	89.914	103.032
Participação dos acionistas não controladores		-	-	471	1.126
Total do patrimônio líquido		89.914	103.032	90.385	104.158
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		323.704	366.557	282.285	337.637

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25	01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
RECEITA LÍQUIDA	22	7.693	26.608	30.867	34.003	23.769	56.934	54.398	77.350
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VE	23.a)	(8.303)	(20.992)	(24.617)	(27.716)	(19.886)	(44.782)	(41.234)	(60.184)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(610)	5.616	6.250	6.287	3.883	12.152	13.164	17.166
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Vendas	23.a)	(14)	(14)	(3)	(6)	(709)	(1.306)	(605)	(869)
Gerais e administrativas	23.a)	(4.704)	(12.055)	(8.145)	(13.385)	(7.991)	(18.474)	(13.452)	(22.196)
Remuneração dos administradores	12.2 e 23.a)	(369)	(738)	(399)	(750)	(612)	(1.244)	(798)	(1.563)
Equivalência patrimonial	13.a)	(5.407)	(10.756)	(2.689)	(8.531)	-	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas		(961)	2.800	2.542	2.585	(2.334)	1.602	3.093	3.969
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(12.065)	(15.147)	(2.444)	(13.800)	(7.763)	(7.270)	1.402	(3.493)
RESULTADO FINANCEIRO									
Despesas financeiras	25	(3.318)	(8.385)	(5.744)	(15.071)	(3.639)	(8.893)	(6.545)	(16.531)
Receitas financeiras	25	1.310	2.554	4.620	5.794	791	3.091	6.637	9.211
Variação cambial e monetária, líquida	25	(306)	3.370	3.293	11.000	(3.440)	(6.606)	(4.307)	(1.728)
		(2.314)	(2.461)	2.169	1.723	(6.288)	(12.408)	(4.215)	(9.048)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(14.379)	(17.608)	(275)	(12.077)	(14.051)	(19.678)	(2.813)	(12.541)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Corrente		-	-	-	-	(181)	(708)	(32)	28
Diferido		4	7	10	10	(356)	1.779	2.740	515
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(14.375)	(17.601)	(265)	(12.067)	(14.588)	(18.607)	(105)	(11.998)
ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						(14.375)	(17.601)	(265)	(12.067)
Acionistas não controladores						(213)	(1.006)	160	69
						(14.588)	(18.607)	(105)	(11.998)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	31					(2,1324)	(2,6109)	(0,0156)	(1,7798)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:

Variação cambial na conversão de operações no exterior

Total do resultado abrangente do período

Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:

Acionistas controladores

Acionistas não controladores

Controladora				Consolidado			
01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25	01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
(14.375)	(17.601)	(265)	(12.067)	(14.588)	(18.607)	(105)	(11.998)
4.145	4.481	348	6.952	4.075	4.833	41	6.814
(10.230)	(13.120)	83	(5.115)	(10.513)	(13.774)	(64)	(5.184)
				(10.230)	(13.120)	83	(5.115)
				(283)	(654)	(147)	(69)
				(10.513)	(13.774)	(64)	(5.184)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Reservas de Lucros

	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de reavaliação	Reserva de retenção de lucros (prejuízos) acumulados	Prejuízo do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	243.022	(9.665)	136	(184.491)	-	84.738	133.740	3.615	137.355
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(18)	18	-	-	-	-	-
(Prejuízo) lucro do período	-	-	-	-	(12.067)	-	(12.067)	69	(11.998)
Outros resultados abrangentes -								-	
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	6.952	6.952	(138)	6.814
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	(12.067)	6.952	(5.115)	(69)	(5.184)
Destinação do resultado do exercício:									
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	243.022	(9.665)	118	(184.473)	(12.067)	91.690	128.625	3.546	132.171
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2026	243.022	(9.665)	109	(236.683)	-	106.249	103.032	1.125	104.157
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(8)	8	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	-	(17.601)	-	(17.601)	(1.006)	(18.607)
Outros resultados abrangentes -									
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	4.481	4.481	352	4.833
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	(17.601)	4.481	(13.120)	(654)	(13.774)
Destinação do resultado do exercício:									
Prejuízos acumulados	-	-	-	(17.601)	17.601	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026	243.022	(9.665)	101	(254.276)	-	110.730	89.912	471	90.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

		Nota explicativa	Controladora 30/06/2026	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2026	Consolidado 30/06/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Prejuízo do período			(17.601)	(12.067)	(18.607)	(11.998)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:						
Equivalência patrimonial	13		10.756	8.531	-	-
Depreciação e amortização	14		2.337	2.301	3.266	3.194
Perda por redução ao valor recuperável do ágio			-	-	-	-
Ganho (perda) com investimentos			(45)	(53)	(45)	(53)
Perda (ganho) com valor justo de instrumentos financeiros	16.b)		3.972	10.726	3.972	10.726
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados	14		1	3	1	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(4)	(10)	(38)	(1.127)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais			(1.909)	(7.796)	(1.241)	(10.912)
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.4)		686	3.798	1.373	3.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8		247	-	(436)	(1.203)
Efeito de economias hiperinflacionárias	25		-	-	8.354	4.791
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes			12.756	(8.193)	21.494	(34.041)
Estoques			-	(27)	(27)	312
Impostos a recuperar			1.547	8.377	843	9.084
Adiantamentos a fornecedores			(1.239)	(652)	(676)	(833)
Outras contas a receber			88	(376)	(501)	(239)
Depósitos judiciais			192	1.894	36	2.518
Custos antecipados			(1.038)	1.232	(1.406)	918
Fornecedores			5.652	6.384	(1.965)	38.435
Impostos e contribuições a recolher			(2.364)	(1.869)	(4.613)	(10.751)
Salários, provisões e encargos sociais			(540)	(288)	(436)	(254)
Adiantamentos de clientes			(8.857)	(6.850)	(6.097)	(5.486)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	20.4)		(1.728)	(4.122)	(1.786)	(5.036)
Partes Relacionadas			6.700	1.141	-	-
Outras obrigações			2	(59)	828	889
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social			-	-	(1.066)	(15)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais			9.611	2.025	1.227	(7.220)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Recebimento de dividendos de controladas	13		-	2.421	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	14		(24)	(81)	(1.332)	(769)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimentos			(24)	2.340	(1.332)	(769)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Partes relacionadas			5.597	(2.213)	-	10
Contratação de empréstimos e financiamentos	16		-	54.000	-	54.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	16		(23.678)	(68.205)	(23.678)	(68.205)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	16		(917)	(4.181)	(917)	(4.181)
Resultado bruto com operações de SWAP	16.b)		(4.987)	5.484	(4.987)	5.484
Pagamento de passivos de arrendamento	17		(2.131)	(1.825)	(2.131)	(1.825)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos			(26.116)	(16.940)	(31.713)	(14.717)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS						
			(13)	(28)	401	(8.207)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR						
			-	-	(3.522)	14.651
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			(16.542)	(12.603)	(34.940)	(16.262)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						
No início do período			24.972	42.767	71.440	111.913
No final do período			8.430	30.164	36.500	95.651
(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS			(16.542)	(12.603)	(34.940)	(16.262)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS				
De serviços e produtos	30.188	38.215	61.022	83.508
Reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(18.872)	(25.416)	(42.007)	(50.528)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.510)	(5.821)	(8.942)	(9.699)
Recuperação (perda) de valores ativos	204	-	204	(48)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	6.010	6.978	10.277	23.233
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.121)	(2.301)	(3.432)	(3.194)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPA	3.889	4.677	6.845	20.039
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.830	14.351	15.587	21.836
Receitas financeiras	14.586	22.883	15.144	28.861
Resultado de equivalência patrimonial	(10.756)	(8.531)	-	-
Outras receitas (despesas)	-	(1)	443	(7.025)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	7.719	19.029	22.432	41.875
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	3.798	2.865	6.821	6.251
Remuneração direta	2.826	2.200	5.592	5.342
Benefícios	816	386	1.028	591
FCTS	156	279	201	318
Impostos, taxas e contribuições	4.359	6.860	4.697	10.111
Federais	3.386	3.736	3.485	4.187
Estaduais	126	1.853	266	4.372
Municipais	847	1.271	946	1.552
Remuneração de capitais de terceiros	17.162	21.371	29.520	37.511
Juros, variação cambial negativa e monetária	17.028	21.112	29.384	37.049
Aluguéis	134	259	136	462
Remuneração de capital próprio	(17.600)	(12.067)	(18.606)	(11.998)
Lucro (prejuízo) do período	(17.600)	(12.067)	(17.600)	(12.067)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.006)	69
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	7.719	19.029	22.432	41.875

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS**Contexto operacional**

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira da Companhia baseados nas diretrizes estratégicas em curso. O planejamento contempla a realização de shows e eventos já contratados ou em fase final de negociação, distribuídos ao longo dos próximos anos. Tais eventos abrangem diferentes praças e públicos, diversificando as fontes de receita e reduzindo a dependência de um único mercado.

Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e concluiu que são suficientes para garantir as operações da Companhia nos próximos 12 meses e, consequentemente, a Administração não identificou indícios de incerteza relevante relacionados à continuidade operacional da Companhia de manter a continuidade de suas operações e, portanto, essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nesta premissa.

a) Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

O Perse foi instituído pela Lei 14.148/2021 para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19. Entre os benefícios previstos, ficaram reduzidas a 0% (zero), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos da mencionada lei, as alíquotas de Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos de acordo com determinadas atividades econômicas.

Diante disso, a Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, aderiu a tais benefícios da Lei com efeitos nas linhas de receita líquida e IRPJ e CSLL.

A Companhia usufruiu dos benefícios fiscais previstos no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) que concedia alíquota zero (0%) de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para determinadas atividades do setor de eventos. Em decorrência de alterações legislativas, o referido benefício foi encerrado em março de 2025. A partir dessa data, as receitas da Companhia voltaram a ser tributadas pelas alíquotas regulares aplicáveis, sendo IRPJ 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder o limite legal, CSLL 9%, PIS 1,65% e COFINS 7,6%, conforme o regime não cumulativo aplicável à Companhia.

Em 22 de maio de 2024 foi promulgada a Lei n. 14.859/2024, que alterou a Lei n. 14.148/2021 e estabeleceu mudanças e limites ao benefício fiscal do Perse. De acordo com a nova lei, o Perse resta mantido até dezembro de 2026, desde que não seja atingido o teto de gastos de R\$15 bilhões antes dessa data, entre

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

outras condições para o usufruto do benefício. Pela nova lei as atividades econômicas da Companhia e de suas controladas ainda estão abrangidas pelo Perse, no entanto, para o primeiro trimestre de 2025, apenas as controladas no Brasil permaneciam no programa. Em março de 2025, a Receita Federal anunciou o encerramento do PERSE a partir de abril de 2025. Em decorrência disso, os tributos federais anteriormente sujeitos à alíquota zero PIS, COFINS, IRPJ e CSLL passaram a ser exigidos nas alíquotas vigentes.

O Ato Declaratório Executivo (ADE) RFB nº 2, publicado em 24/03/2025, oficializou o encerramento dos benefícios fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). A Receita Federal confirmou que o teto de R\$ 15 bilhões foi atingido em março de 2025, extinguindo a alíquota zero de PIS/COFINS a partir de abril de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- a) Base de preparação e declaração de conformidade das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
- a) As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o IAS 34 - Informações Intermediárias, conforme emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, conforme emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
- b) As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.
- c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.
- d) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.
- e) A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 11 de agosto de 2026 e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e arquivadas na CVM em 25 de março de 2026 e devem ser lidas em conjunto.

Não houve novas normas ou pronunciamentos, interpretações ou orientações, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 que tivesse impactos significativos para a Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 5 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se e (iv) histórico do cliente. A perda é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias

c) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

d) Aquisições de controladas – ágio

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

e) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas anualmente a testes de perda do valor recuperável, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil indefinida, quando uma perda do valor recuperável para ágio é reconhecida, essa perda não poderá ser revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável ao menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Adiantamento de clientes

Compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que as obrigações de performance sejam cumpridas.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**i) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

Baseada no modelo de cinco etapas da norma, a saber: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida, a Companhia analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem quando:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

j) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

A Companhia, amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, em razão do PERSE, no período de 60 meses, contados do efeito da lei, tem as alíquotas do IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos reduzidas a zero até 31 de março de 2025 durante o período de vigência do benefício federal.

k) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

l) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: Sol peruano e (iv) Estados Unidos: dólar americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registradas no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.

Os itens monetários ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento dos balanços.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

m) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

n) Instrumentos financeiros**Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativos de contrato e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIASiii) **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

o) **Consolidação**

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis do Grupo e suas controladas em 30 de junho de 2026. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

p) **Arrendamentos**

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**p.i) Grupo como arrendatário**

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

p.ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

p.iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos "swaps" e outros instrumentos financeiros em um curto período. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

No período findo em 30 de junho, a Companhia não identificou quaisquer indícios de redução ao valor recuperável (impairment) de seus ativos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação (legal ou não formalizada) presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, podendo ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são revistas periodicamente e ajustadas para refletir as melhores estimativas atuais, sendo revertidas quando não mais se espera uma saída de recursos.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

A Administração avalia periodicamente com suporte de seus assessores jurídicos internos e externos o risco atribuído a contratação de pessoas jurídicas e constituir provisão baseada no valor estimado da condenação, incluindo as verbas de vínculo empregatício, salários, encargos sociais e seus reflexos em férias, 13º, horas extras e benefícios concedidos aos trabalhadores, bem como honorários sucumbenciais, atualizações monetárias quando aplicável.

A Companhia mantém políticas internas e procedimentos de compliance trabalhista destinados a mitigar riscos relacionados à contratação de pessoas jurídicas, incluindo revisão periódica de contratos, orientações às áreas operacionais e monitoramento de decisões judiciais relevantes.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para as seguintes normas ou alterações a Administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, a saber:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
IFRS 18/CPC51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que a nova norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7/NBC TG 40 (R3): Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	30/06/2026	31/12/2025		30/06/2026	31/12/2025
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99			
T4F USA Inc.	100,00	100,00			
Promaser S.A.	100,00	100,00			
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	60,00	60,00			
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			
T4F Imobiliária S.A.U (i)	100,00	100,00			
T4F Holdings S.A.U ⁽ⁱ⁾	100,00	100,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 e a receita líquida dos trimestres de 2026 e de 2025:

Controladas:	30/06/2026			31/12/25		30/06/2025
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	422	3.571	-	406	3.453	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	30.490	1.916	484	56.125	18.223	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	1.244	1.607	-	1.992	1.124	314
Ticketek Argentina SA	57.020	48.939	25.014	47.537	40.762	15.958
T4F USA Inc.	5.363	18	-	5.599	19	-
Promaser S.A.	18.230	11.709	-	30.474	23.124	96
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	3.148	15.000	-	3.394	15.661	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	22.627	9.670	4.741	27.876	12.794	8.631
T4F Holdings S.A.U	50.011	7.431	-	56.661	11.703	-
T4F Imobiliária S.A.U	3.121	779	315	2.880	652	111

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- T4F Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- Ticketek Argentina SA. - localizada na Argentina, tem por objetivo a promoção, produção, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Promaser - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A ("INTI") - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.
- T4F Inmobiliaria S.A.U – localizada na Argentina, tem como objetivo principal a exploração de salas destinadas à realização de espetáculos públicos.
- T4F Holdings S.A.U – localizada na Argentina, tem como objetivo principal o investimento de capital em sociedades já constituídas ou a constituir, atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Chile S.A. (100%) e Tickets For Fun Chile S.A. (100%)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Caixa e bancos	297	492	16.233	7.450
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa ⁽ⁱ⁾	-	-	743	11.707
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	3.915	20.440	14.449	33.011
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱ⁾	4.218	4.040	5.075	19.272
Total	8.430	24.972	36.500	71.440

(i) Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. Nas controladas da Argentina, aplicações realizadas através de um agente de investimento em carteiras diversificadas.

(ii) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 1.800 dias, remunerados em ambos os períodos por taxas médias de 98% a 102% da variação do CDI (97% a 100% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2025), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Cientes faturados	2.519	2.692	5.241	6.425
Bilheteria ⁽ⁱ⁾	8.253	21.096	23.372	44.492
Total das contas a receber	10.772	23.788	28.613	50.917
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(247)	(262)	(2.463)	(2.900)
Total	10.525	23.526	26.150	48.017

(i) A rubrica bilheteria corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas pelas vendas de ingressos.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
A vencer:	10.591	23.043	26.131	47.453
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	-	52
De 31 a 60 dias	-	-	20	6
De 61 a 90 dias	-	-	63	18
De 91 a 180 dias	-	-	28	37
Há mais de 180 dias	181	745	2.371	3.351
Total das contas a receber	10.772	23.788	28.613	50.917

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- c) Perda esperada com créditos para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	30/06/26	31/12/25
Saldos inicial	2.900	3.462
(+) Adições	41	932
(-) Reversões e baixas	(335)	(1.211)
Variação cambial e monetária	(143)	(283)
Saldos final	2.463	2.900

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
IRPJ/CSLL - antecipações	2.884	2.928	5.600	6.947
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.839	4.373	5.980	5.401
Programa de Integração Social - PIS	1.808	2.065	2.205	2.477
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽ⁱ⁾	10.935	12.134	12.731	13.856
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	3.731	4.008
Imposto sobre faturamento	-	-	3.678	2.255
Impostos federais a recuperar ⁽ⁱ⁾	20.007	20.520	21.025	21.490
Total	40.473	42.020	54.950	56.434
Circulante	28.550	30.097	43.027	44.511
Não Circulante	11.923	11.923	11.923	11.923

- (i) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte sobre pagamento de cachês sobre eventos cancelados.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	3.679	1.682	8.786	7.490
Serviços profissionais	-	758	-	758
Total	3.679	2.440	8.786	8.248

- (i) A Companhia realizou antecipações financeiras a determinados clientes, produtores de eventos, que utilizam sua plataforma de vendas de ingressos ("ticketeira"), com o objetivo de viabilizar operações comerciais futuras. Tais antecipações estão garantidas através de contratos de exclusividade de intermediação de venda de ingressos na plataforma digital da Companhia, não caracterizando atuação da Companhia como produtora destes eventos. Adicionalmente, essas operações podem contar com outras garantias contratuais, inclusive apólices de seguro.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Eventos, shows e espetáculos contratados	1.310	-	1.640	451
Seguros a apropriar	1.406	1.701	1.406	1.701
Outros	23	-	457	-
Total	2.739	1.701	3.503	2.152
Circulante	2.237	892	3.001	1.343
Não Circulante	502	809	502	809

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações financeiras com partes relacionadas. Estas transações incluem a concessão e obtenção de financiamentos, entre outras operações econômicas.

De acordo com as regulamentações fiscais brasileiras, em especial a Lei nº 14.596/2023, a Companhia é requerida a estabelecer e documentar essas transações com base no princípio do "arm's length", assegurando que os preços e termos acordados sejam consistentes com aqueles que prevaleceriam entre partes independentes em transações similares.

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve transações financeiras com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1 Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	30/06/2026			31/12/2025		
		Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita	Ativo Total	Passivo Total	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	8.366	-	-	8.366	-	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A	Controlada	-	25.680	-	-	29.494	-
T4F Chile S.A.	Controlada indireta	1.223	27.934	(3.679)	1.300	30.377	(4.822)
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	10.605	71	331	11.016	-
Ticketek Argentina SA.	Controlada	2.283	21.752	987	2.295	12.493	626
T4F USA Inc.	Controlada	-	5.211	(404)	-	5.438	(557)
T4F Entretenimientos Peru S.A.C	Controlada	10.348	1.258	772	10.762	1.357	1.114
IT.ART Tecnologia Ltda.	Controlada	396	246	-	646	662	-
T4F Inmobiliaria S.A.U	Controlada	-	145	(19)	-	159	-
T4F Holdings S.A.U	Controlada	3.564	145	(19)	3.788	159	-
Total		26.511	92.976	(2.291)	27.488	91.155	(3.639)
Circulante		-	-	-	-	-	-
Não Circulante		26.511	92.976	(2.291)	27.488	91.155	(3.639)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado:	Categoria	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2025	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.(i)	Acionista	8.403	-	8.403	-	8.403	-
Total		8.403	-	8.403	-	8.403	-

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus acionistas minoritários CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 8.000 (R\$ 14.320). Após amortizações de US\$ 1.000 (R\$ 1.979) em maio de 2012 e de US\$ 1.500 (R\$ 3.044) em outubro de 2012, o valor do montante passou a ser US\$ 5.500 (R\$ 9.297). O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate) e por juros de 1%. Em 30 de junho de 2026 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 26.589 (R\$ 30.263 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a receber referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 236, convertidos para reais em 30 de junho de 2026 no valor de R\$ 1.233 (R\$ 1.300 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700. Após amortizações de US\$ 40 em agosto de 2017 e de US\$ 15 em maio de 2022, o valor do montante passou a ser US\$ 645. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2%. Em 30 de junho de 2026 o montante atualizado convertido para reais é de R\$ 5.211 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento no montante de US\$ 37, convertidos para reais em 30 de junho de 2026 no valor de R\$ 193 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Peru S.A.C assinado em junho de 2016 no montante de US\$ 2.200 atualizado anualmente por juros de 7,6%. Após amortização em outubro de 2016, o montante passou a ser de US\$ 639. Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 mil. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 3%. Após amortização em julho do mesmo ano o montante passou a ser de US\$ 550. Em 30 de junho de 2026 os montantes atualizados convertidos para reais são de R\$ 9.090 (R\$ 10.763 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a acordos firmados entre as partes no montante de S/ 829 (soles), convertidos para reais em 30 de junho de 2026 no valor de R\$ 1.258 (R\$ 1.357 em 31 de dezembro de 2025).

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu da controladora para custos de operação.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500. Após amortizações de US\$ 76 em abril de 2019 e de US\$ 331 em agosto de 2020, o valor do montante passou a ser de US\$ 792. O empréstimo foi atualizado anualmente pela taxa LIBOR até julho de 2023 quando esse indexador foi descontinuado. Desde então o empréstimo vem sendo atualizado pela taxa SOFR e por juros de 2,4%. No segundo trimestre de 2025, houve reorganização societária nas controladas diretas e indiretas e dessa forma os saldos e parte do mútuo foi transferido para a controlada Ticketek Argentina S.A e T4F Holdings S.A.U. O saldo remanescente do contrato na controlada Ticketek Argentina SA em 30 de junho de 2026 o montante convertido é de US\$ 364 convertidos para reais no valor de R\$ 2.283 (R\$ 2.295 em 31 de dezembro de 2025). A Companhia possui outros valores a pagar referentes a faturas passíveis de ressarcimento, no montante de US\$ 247, convertidos para reais em 30 de junho de 2026 no valor de R\$ 1.278 (R\$ 1.359 em 31 de dezembro de 2025).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/06/2026			30/06/2025		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
<u>Remuneração</u>						
Conselho de Administração	420	-	420	382	-	382
Conselho Fiscal	48	-	48	48	-	48
Diretores estatutários	270	-	270	270	-	270
Total	738	-	738	700	-	700

Consolidado	30/06/2026			30/06/2025		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
<u>Remuneração</u>						
Conselho de Administração	420	-	420	382	-	382
Conselho Fiscal	90	-	90	78	-	78
Diretores estatutários	684	50	734	1.044	304	1.348
Total	1.194	50	1.244	1.504	304	1.808

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de administração.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

30 de junho de 2025

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(3.268)	(220)	99,99	(220)	(3.268)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	28.573	(2.627)	99,99	(2.627)	-	28.573
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	(363)	(423)	99,99	(423)	(363)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	13.030	(2.051)	60,00	(1.231)	-	7.818
Ticketek Argentina SA.	8.081	781	98,29	780	-	8.081
Promaser S.A.	6.521	(231)	100,00	(231)	-	6.521
T4F USA Inc.	5345	94	100,00	94	-	5.345
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(11.852)	(463)	60,00	(278)	(7.111)	-
T4F Holdings S.A.U	42.580	(6.562)	100,00	(6.562)	-	42.580
T4F Inmobiliaria S.A.U	2.342	(58)	100,00	(58)	-	2.342
Total				(10.756)	(10.742)	101.260

31 de dezembro de 2025

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(3.047)	(409)	99,99	(409)	(3.047)	-
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	37.902	6.702	99,99	6.702	-	37.902
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	869	809	99,99	809	-	869
IT.ART Tecnologia Ltda.	15.082	(1.412)	60,00	(847)	-	9.049
Ticketek Argentina SA.	6.775	2.586	98,29	3.740	-	6.775
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	(76)	100,00	(76)	-	-
Promaser S.A.	7.351	(1.740)	100,00	(1.741)	-	7.351
T4F USA Inc.	5.580	221	100,00	221	-	5.580
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(12.268)	(3.953)	60,00	(2.372)	(7.361)	-
T4F Holdings S.A.U	44.957	(28.828)	100,00	(34.959)	-	44.957
T4F Inmobiliaria S.A.U	2.228	(18)	100,00	(18)	-	2.228
Total				(28.950)	(10.408)	114.711

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- b) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de junho de 2026 e de 31 de dezembro de 2025.

	Controladora	Controladora
	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial do investimento líquido	104.303	115.304
Equivalência patrimonial	(10.681)	(28.950)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	4.145	21.511
Dividendos a receber de controladas	(7.174)	(3.918)
Aquisição de investimento ⁽ⁱ⁾	-	356
Saldo final do investimento líquido	90.593	104.303
Provisão para perdas em investimentos em controladas	10.623	10.408
Saldo final do investimento	101.216	114.711

- (i) Constituição das empresas argentinas T4F Inmobiliaria S.A.U e a T4F Holdings S.A.U.

- c) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
T4F Metropolitan Empreendimentos S.A.	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A. ⁽ⁱ⁾	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável.	(48.470)	(48.470)	(48.470)	(48.470)
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	58.480	58.480	58.480	58.480

- (i) Em abril de 2025, foram realizadas reestruturações societárias envolvendo as controladas da T4F Entretenimento S.A., vide nota explicativa 6.

O valor recuperável de uma UGC (unidade geradora de caixa) é determinado com base em cálculos do valor em uso, em função das projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, embasados em orçamentos operacionais aprovados pela administração para um período de cinco anos, além de expectativas de mercado disponibilizadas por fontes públicas reconhecidas e consideradas confiáveis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

14. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Informações das controladas

i) Composição do imobilizado

Custo	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Terrenos	-	-	2.679	2.477
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	24.678	24.678	57.703	55.064
Móveis e utensílios	1.984	1.977	2.289	2.217
Máquinas e equipamentos	4.451	4.449	4.948	4.934
Equipamentos de processamento de dados	2.789	2.786	6.395	6.202
Estruturas	152	152	152	152
Veículos	442	442	442	442
Total	34.496	34.484	74.608	71.488

		Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
		Taxa média anual de depreciação e amortização - %			
Depreciação acumulada					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	17	(24.025)	(23.940)	(55.249)	(52.620)
Móveis e utensílios	10	(1.775)	(1.754)	(2.010)	(1.981)
Máquinas e equipamentos	9	(3.909)	(3.852)	(4.311)	(4.231)
Equipamentos de processamento de dados	19	(2.586)	(2.547)	(5.741)	(5.444)
Estruturas	23	(152)	(152)	(152)	(152)
Veículos	20	(442)	(442)	(442)	(442)
Total		(32.889)	(32.687)	(67.905)	(64.870)

Imobilizado líquido	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Terrenos	-	-	2.679	2.477
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	653	738	2.454	2.444
Móveis e utensílios	209	223	279	237
Máquinas e equipamentos	542	597	637	703
Equipamentos de processamento de dados	203	239	654	758
Total	1.607	1.797	6.703	6.619

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial	1.797	2.264	6.619	7.828
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	47	207
Móveis e utensílios	9	-	67	14
Máquinas e equipamentos	2	-	2	-
Equipamentos de processamento de dados	13	6	69	323
Total de adições	24	6	185	544
Baixas líquidas	(1)	(9)	(1)	(9)
Depreciação	(213)	(464)	(394)	(1.485)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	294	(259)
Total	(214)	(473)	(101)	(1.753)
Saldo final	1.607	1.797	6.703	6.619

b) Imobilizado reavaliado

i) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora e consolidado:	30/06/26			31/12/25
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	240	(239)	1	2
Máquinas e equipamentos	627	(485)	142	152
Equipamentos de processamento de dados	85	(75)	10	11
Equipamentos Aurolights - incorporação	58	(58)	-	-
	9.049	(8.896)	153	165
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(52)	(57)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			101	108

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Outros intangíveis

i) Composição dos intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Custo	Taxa média anual de amortização - %				
Marcas, direitos e patentes		1.640	1.640	5.311	5.268
Software		11.054	11.054	20.359	18.801
Outros intangíveis		5.101	5.101	5.176	5.182
Amortização					
Marcas, direitos e patentes	Indefinida	-	-	(3.587)	(3.544)
Software	20	(10.184)	(9.667)	(16.179)	(14.582)
Outros intangíveis	11	(5.037)	(5.020)	(5.092)	(5.079)
Total		2.574	3.108	5.988	6.046

ii) Movimentação dos intangíveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial	3.108	4.143	6.046	7.024
Adições:				
Marcas, direitos e patentes	-	-	293	66
Software	-	279	853	1.591
Intangível em andamento	-	(161)	-	(161)
Total de adições	-	118	1.146	1.496
Amortização ⁽ⁱ⁾	(534)	(1.153)	(1.282)	(2.285)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	78	(189)
	(534)	(1.153)	(1.204)	(2.474)
Saldo final	2.574	3.108	5.988	6.046

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Bens de direito de uso

i) Composição dos bens de direito de uso

		Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
	Taxa média anual de depreciação e amortização - %				
Custo		16.947	18.862	16.947	18.862
Amortização	21	(7.564)	(9.754)	(7.564)	(9.754)
Total ⁽ⁱ⁾		9.383	9.108	9.383	9.108

(i) Representa substancialmente os contratos de locação de imóveis.

(ii) Composição dos bens de direito de uso

		Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial		9.108	11.403	9.108	11.403
Adições		1.865	-	1.865	-
Remensuração ⁽ⁱ⁾		-	722	-	721
Amortização		(1.590)	(3.017)	(1.590)	(3.016)
Saldo final		9.383	9.108	9.383	9.108

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis.

15. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Fornecedores nacionais ⁽ⁱ⁾		5.889	2.323	23.988	25.406
Fornecedores estrangeiros		81	-	81	286
Obrigações com clientes ⁽ⁱⁱ⁾		4.448	3.759	17.934	13.340
Provisões de Custos e Despesas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		14.146	12.389	14.486	21.389
Total		24.564	18.471	56.489	60.421

(i) Os fornecedores referem-se a obrigações da Companhia com prestadores de serviços e parceiros comerciais que decorrem do curso normal das atividades da Companhia.

(ii) Contemplam valores de vendas de ingressos de terceiros que serão repassados a produtores dos eventos baseados em contrato entre as partes.

(iii) Provisões referentes a serviços já contratados, bem como provisões baseadas em remuneração variável de artistas, calculadas de acordo com o desempenho financeiro do evento.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade		Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
	Taxa média anual de Juros				
Empréstimo em moeda estrangeira	7,48%	12.215	38.953	12.215	38.953
Total do passivo circulante		12.215	38.953	12.215	38.953
Parcela do passivo circulante		12.215	38.953	12.215	38.953
Parcela do passivo não circulante		-	-	-	-

Os vencimentos das parcelas dos empréstimos ocorrerão em agosto de 2026.

A seguir, a movimentação do montante envolvido:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial	38.953	76.057	38.953	76.057
Adições	-	54.000	-	54.000
Pagamentos de principal	(23.680)	(80.649)	(23.680)	(80.649)
Pagamentos Juros	(917)	(5.730)	(917)	(5.730)
Apropriação Juros	724	2.510	724	2.510
Variação cambial líquida	(2.865)	(7.235)	(2.865)	(7.235)
Saldo final	12.215	38.953	12.215	38.953

a) Empréstimos em moeda estrangeira

Em 14 de maio de 2024, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$11.789 convertidos para reais totalizando R\$60.000, com vencimento previsto para 272 dias a partir da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 6,528%. Este empréstimo foi quitado em 10/02/2025, na mesma data foi aberto um novo empréstimo no valor US\$ 9.359 convertidos para reais totalizando R\$ 54.000, com taxa fixa de 7,153% a.a., considerando pagamento do principal em 4 parcelas trimestrais, com carência de 6 meses e juros pagos trimestralmente, contados da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 7,9929%.

O saldo passivo com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 1.615 (Saldo passivo de R\$ 2.630 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia informa que não possui *covenants* relacionados aos seus empréstimos, ou seja, não há cláusulas contratuais que imponham restrições ou obrigações específicas em relação a esses financiamentos.

b) Movimentação instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial	(2.630)	11.913	(2.630)	11.913
Ganhos em operação swap	-	4.083	-	4.083
Perdas em operação swap	(3.972)	(17.004)	(3.972)	(17.004)
Ganho bruto de Swap na Liquidação	-	(6.596)	-	(6.596)
Perda bruto de Swap na Liquidação	4.987	4.974	4.987	4.974
Saldo final	(1.615)	(2.630)	(1.615)	(2.630)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Companhia detém operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas para fins de gestão de riscos. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo, determinado por modelos financeiros que utilizam informações observáveis de mercado, como taxas de câmbio e curvas de juros.

De acordo com o CPC 46, esses derivativos são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo, por utilizarem dados observáveis, porém não cotados em mercado ativo.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Passivo de arrendamento	CDI + 1,63%	11.479	11.007	11.479	11.007
Parcela do passivo circulante		3.065	2.566	3.065	2.566
Parcela do passivo não circulante		8.414	8.441	8.414	8.441

Os vencimentos dos contratos ocorrerão em 2026 e 2029

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Saldo inicial em 1º de janeiro	11.007	13.132	11.007	13.132
Adições ⁽ⁱ⁾	1.865	-	1.865	-
Juros do período	738	1.676	738	1.676
Contraprestação paga	(2.131)	(4.521)	(2.131)	(4.521)
Remensuração do passivo	-	720	-	720
Saldo final	11.479	11.007	11.479	11.007

(i) Refere-se a renovação dos contratos de locação de imóveis.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 30 de junho de 2026:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2026	2.066	2.066
2027	4.151	4.151
2028	4.151	4.151
2029	3.829	3.829
Valores não descontados	14.197	14.197
Juros embutidos	(2.718)	(2.718)
Saldo do passivo de arrendamento	11.479	11.479

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	14.196	11.478
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.313	1.062

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
COFINS a recolher	10	151	330	725
PIS a recolher	-	18	47	119
Imposto Sobre Serviços - ISS	205	171	289	288
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.910	4.755
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	3716	4.740	3.740	4.745
IVA - imposto de valor agregado	-	-	28	224
ICMS a recolher - faturamento	-	-	-	7
INSS de terceiros a recolher	220	224	220	268
Outros	(10)	21	990	1.101
Passivo circulante	4.141	5.325	7.554	12.232
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	12.117	11.810	12.143	12.195
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱ⁾	6.063	7.550	6.063	7.550
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	442	-
Passivo não circulante	18.180	19.360	18.648	19.745

- (i) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em dezembro 2021 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses.

- (ii) Em maio de 2021 foi publicada a Lei nº 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/2025	30/06/26	31/12/25
Patrocínios ⁽ⁱ⁾	906	814	906	814
Vendas antecipadas de ingressos ⁽ⁱⁱ⁾	9.448	18.397	12.020	18.401
Total	10.354	19.211	12.926	19.215

- (i) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.
- (ii) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas. Em junho de 2026, o saldo contempla valores provenientes da venda antecipada de ingressos, relacionados as turnês das artistas Laura Pausini e Jorja Smith, bem como a outros eventos realizados nos segmentos de teatro e musicais.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/2025	30/06/26	31/12/2025
Trabalhistas	4.730	4.519	20.842	21.111
Cíveis	23.088	22.841	27.711	26.779
Tributários	18.580	18.065	18.580	18.065
Total	46.398	45.425	67.133	65.955

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**20.1 Processos tributários com probabilidade de perda possível**

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$31.328 (R\$119.781 em 31 de dezembro de 2025).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se o seguinte:

- a) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. Foi dado provimento parcial ao recurso voluntário interposto pela Companhia, sendo mantida a autuação no que toca à glosa de despesas. Em 30 de junho de 2026, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$6.808 (R\$6.640 em 31 de dezembro de 2025).

20.2. Processos trabalhistas com probabilidade de perda possível

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$3.959 (R\$3.998 em 31 de dezembro de 2025).

20.3 Processos cíveis com probabilidade de perda possível

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$74.610 (R\$83.426 em 31 de dezembro de 2025).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

Entre os processos cíveis com probabilidade de perda possível que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se a liquidação de sentença para apuração dos valores devidos pela Companhia. Os valores envolvidos ainda em litígio totalizam R\$29.476 M (R\$27.914 em 31 de dezembro de 2025), sendo classificado com probabilidade de perda provável no valor de R\$17.138, e com probabilidade de perda possível no importe de R\$12.337, para 30 de junho de 2026.
- b) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego centenas de eventos de menor impacto, realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. O processo está em fase de instrução em primeira instância. O valor estimado em 30 de junho de 2026 é de aproximadamente R\$16.349 (R\$15.173 em 31 de dezembro de 2025) e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- c) A Companhia recebeu, em 29 de abril de 2024, Notificação sobre Instauração de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, informando sobre o requerimento de instituição de procedimento arbitral. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem a dissolução parcial de uma de suas controladas e o pagamento de valores aos requerentes após apuração de haveres. O valor atribuído à causa é de R\$20.000 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.
- d) A Companhia requereu, em 1º de abril de 2025, a Instauração de Arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem – CCI, com valor estimado de R\$4.800. A parte requerida formulou pedidos contrapostos, com valores estimados em R\$11.837. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

o pagamento de valores à requerida. O valor atribuído à causa pelas Partes é de R\$17.728 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2026, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 4.063 e R\$ 4.986 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 4.082 e R\$ 4.838 em 31 de dezembro de 2025).

20.4 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/25	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/26
Trabalhistas	4.519	96	(39)	154	4.730
Cíveis	22.841	581	(1.680)	1.346	23.088
Tributário	18.065	9	(9)	515	18.580
Total	45.425	686	(1.728)	2.015	46.398

Controladora	31/12/24	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/25
Trabalhistas	3.224	889	(472)	402	4.043
Cíveis	22.627	2.899	(3.640)	789	22.675
Tributário	454	10	(10)	11	465
Total	26.305	3.798	(4.122)	1.202	27.183

Consolidado	31/12/25	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/26
Trabalhistas	21.111	315	(91)	237	(730)	20.842
Cíveis	26.779	1.049	(1.686)	1.587	(18)	27.711
Tributário	18.065	9	(9)	515	-	18.580
Total	65.955	1.373	(1.786)	2.339	(748)	67.133

Consolidado	31/12/24	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/25
Trabalhistas	10.146	1.525	(1.375)	827	771	11.894
Cíveis	27.124	2.324	(3.651)	990	(305)	26.482
Tributário	465	10	(10)	11	(12)	464
Total	37.735	3.859	(5.036)	1.828	454	38.840

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 6.741.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em junho de 2026 totalizam o montante de R\$ 243.022 (R\$ 243.022 em dezembro de 2025).

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 30 de junho de 2026 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal

De acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período quando ocorrência de lucros acumulados.

d) Reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados

Foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

e) Resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/25	01/01/25
	a 30/06/26	a 30/06/26	a 30/06/25	a 30/06/25
Receita Bruta de Serviços	8.648	30.188	33.330	36.911
Receita Bruta de Produtos	-	-	1.304	1.304
Total da Receita bruta	8.648	30.188	34.634	38.215
Deduções e impostos incidentes	(955)	(3.580)	(3.767)	(4.212)
Receita líquida	7.693	26.608	30.867	34.003

	Consolidado			
	01/04/26	01/01/26	01/04/25	01/01/25
	a 30/06/26	a 30/06/26	a 30/06/25	a 30/06/25
Receita Bruta de Serviços	25.783	62.471	60.844	85.556
Receita Bruta de Produtos	-	-	1.600	1.630
Total da Receita bruta	25.783	62.471	62.444	87.186
Deduções e impostos incidentes	(2.014)	(5.537)	(8.046)	(9.836)
Receita líquida	23.769	56.934	54.398	77.350

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Custo por natureza:

	Controladora			
	01/04/2026	01/01/2026	01/04/25	01/01/25
	a 30/06/26	a 30/06/26	a 30/06/25	a 30/06/25
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(2.120)	(4.872)	(9.943)	(10.029)
Transportes e locações	(1.082)	(5.188)	(4.115)	(4.180)
Serviços de terceiros	(1.622)	(3.071)	(3.598)	(4.041)
Viagens e locomoção	(148)	(833)	(507)	(532)
Utilidades e facilidades	(789)	(1.413)	(552)	(750)
Mídia e publicidade	(256)	(455)	(1.622)	(1.752)
Depreciação e amortização	(1.053)	(2.121)	(1.151)	(2.301)
Custos com pessoal	(107)	(337)	-	-
Custos de produção	(1.126)	(2.702)	(3.129)	(4.131)
Total	(8.303)	(20.992)	(24.617)	(27.716)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(2.345)	(4.672)	(9.943)	(10.029)
Transportes e locações	(1.238)	(6.181)	(4.231)	(4.472)
Serviços de terceiros	(9.960)	(20.552)	(8.367)	(14.528)
Viagens e locomoção	(160)	(932)	(544)	(664)
Utilidades e facilidades	(794)	(1.453)	(7.111)	(7.317)
Mídia e publicidade	(584)	(842)	(1.624)	(1.835)
Depreciação e amortização	(1.301)	(2.619)	(1.446)	(2.945)
Custos com pessoal	(1.213)	(2.411)	1.700	(734)
Custos de produção	(2.291)	(5.120)	(9.669)	(17.660)
Total	(19.886)	(44.782)	(41.235)	(60.184)

b) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Despesas com pessoal	(2.112)	(4.003)	(1.915)	(3.950)
Serviços de terceiros	(2.094)	(6.974)	(5.291)	(7.680)
Utilidades e facilidades	(978)	(1.892)	(1.311)	(2.439)
Reversão (constituição) de PECLD	15	15	-	-
Outras despesas	82	47	(30)	(72)
Total	(5.087)	(12.807)	(8.547)	(14.141)
Vendas	(14)	(14)	(3)	(6)
Gerais e administrativas	(4.704)	(12.055)	(8.145)	(13.385)
Remuneração dos administradores	(369)	(738)	(399)	(750)
Total das despesas por natureza	(5.087)	(12.807)	(8.547)	(14.141)

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Despesas com pessoal	(3.967)	(7.620)	(4.205)	(8.394)
Serviços de terceiros	(2.584)	(8.272)	(7.630)	(11.152)
Utilidades e facilidades	(1.283)	(2.450)	(1.575)	(2.959)
Depreciação e amortização	(323)	(656)	(249)	(249)
Reversão (constituição) de PECLD	238	275	-	-
Outras despesas	(1.393)	(2.301)	(1.196)	(1.874)
Total	(9.312)	(21.024)	(14.855)	(24.628)
Vendas	(709)	(1.306)	(605)	(869)
Gerais e administrativas	(7.991)	(18.474)	(13.452)	(22.196)
Remuneração dos administradores	(612)	(1.244)	(798)	(1.563)
Total das despesas por natureza	(9.312)	(21.024)	(14.855)	(24.628)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

24. RESULTADO FINANCEIRO

Despesas financeiras:

Juros passivos	(19)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(2.157)
Outras	(1.139)
Total	(3.318)

Controladora			
01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
(19)	(912)	(962)	(1.958)
(3)	(19)	(46)	(48)
(2.157)	(4.987)	(3.695)	(10.726)
(1.139)	(2.466)	(1.041)	(2.339)
(3.318)	(8.385)	(5.744)	(15.071)

Despesas financeiras:

Juros passivos	(332)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(5)
Perdas decorrentes de operação de "swap"	(2.157)
Outras	(1.145)
Total	(3.639)

Consolidado			
01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
(332)	(1.153)	(2.634)	(4.047)
(5)	(25)	(53)	(537)
(2.157)	(4.987)	(3.695)	(10.726)
(1.145)	(2.728)	(163)	(1.221)
(3.639)	(8.893)	(6.545)	(16.531)

Receitas financeiras:

Juros ativos	870
Rendimentos de aplicações financeiras	440
Outras	-
Total	1.310

Controladora			
01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
870	816	4.291	4.291
440	1.102	481	1.438
-	6	(152)	65
1.310	1.924	4.620	5.794

Receitas financeiras:

Juros ativos	-
Rendimentos de aplicações financeiras	791
Outras	-
Total	791

Consolidado			
01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
-	-	4.785	5.846
791	2.072	1.146	2.596
-	1.019	706	769
791	3.091	6.637	9.211

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Controladora			
	01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(3.856)	(6.286)	(1.511)	(4.493)
Ativas	5.044	11.859	5.703	16.808
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(1.581)	(2.376)	(969)	(1.596)
Ativas	87	173	70	281
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	-	-
Ativas	-	-	-	-
Total	(306)	3.370	3.293	11.000

	Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(5.052)	(7.640)	(2.719)	(5.871)
Ativas	7.056	12.558	1.491	12.397
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(1.141)	(3.371)	(2.656)	(3.773)
Ativas	102	201	74	310
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	(4.707)	(8.354)	(2.513)	(7.526)
Ativas	302	-	2.016	2.735
Total	(3.440)	(6.606)	(4.307)	(1.728)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, parcelamento de impostos, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.215	38.953	12.215	38.953
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.430)	(24.972)	(36.500)	(71.440)
(-) Aplicação financeira	(1.044)	(999)	(1.044)	(999)
Caixa Líquido	2.741	12.982	(25.329)	(33.486)
Patrimônio líquido	89.914	103.032	90.385	104.158
Índice de alavancagem financeira - %	(3%)	(13%)	28%	32%

25.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/26	31/12/25
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	297	492
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		8.132	25.479
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	26.511	27.488
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	10.525	23.526
Total de ativos financeiros			45.465	76.985
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(12.215)	(38.953)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	(1.615)	(2.630)
Contas a pagar de partes relacionadas	Passivo ao custo amortizado	12	(92.976)	(91.155)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(24.564)	(18.471)
Total de passivos financeiros			(131.370)	(151.209)
Total de exposição			(85.905)	(74.224)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Consolidado	
			30/06/2026	31/12/2025
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	16.233	7.449
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		21.309	64.990
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	12	8.402	8.403
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	26.150	48.017
Total de ativos financeiros			72.094	128.859
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivo ao custo amortizado	16	(12.215)	(38.953)
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	16.b)	(1.615)	(2.630)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	15	(56.489)	(60.421)
Total de passivos financeiros			(70.319)	(102.004)
Total de exposição			1.775	26.855

- (i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços. (nota explicativa nº 7).

25.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição ao risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c.i) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

A moeda brasileira tem sido impactada por diversos fatores econômicos e financeiros, internos e externos, resultando em episódios recorrentes de desvalorização frente ao dólar e a outras moedas estrangeiras. Nesse contexto, o Governo Federal, ao longo do tempo, adotou diferentes políticas cambiais e planos econômicos, incluindo desvalorizações pontuais, ajustes graduais, regimes de câmbio flutuante, bem como, em determinados períodos, a implementação de controles cambiais e de mercados de câmbio múltiplos.

Diante desse cenário, a taxa de câmbio entre o real e moedas estrangeiras, em especial o dólar, pode apresentar volatilidade relevante, sujeita a oscilações significativas ao longo do tempo.

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

Especialmente, no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, conseqüentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em moeda estrangeira (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extremo.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui contrato de Swap para proteção cambial dos empréstimos em moeda estrangeira realizados durante o período para pagamento de cachês internacionais. As informações resumidas dessas operações são apresentadas como segue:

	Controladora e Consolidado	
	Contratos em Dólar americano convertidos	30/06/26
Empréstimos em moeda estrangeira	(15.275)	(15.275)
Juros	193	193
Variação cambial	2.867	2.867
Total	(12.215)	(12.215)
Total atualizado pelo indexador ativo	12.264	12.264
Total atualizado pelo indexador passivo	13.879	13.879
Ganho com Swap	(1.615)	(1.615)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Moeda	Controladora		Consolidado	
		30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Bancos	Dólar	171	192	16.660	18.361
Mútuo com controlada no Peru	Dólar	9.090	9.405	-	-
Mútuo com controladas na argentina	Dólar	(16.195)	(6.728)	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Dólar	(42.197)	(45.200)	-	-
Fornecedores	Dólar	(81)	-	(81)	(286)
Total de exposição		(49.212)	(42.331)	16.579	18.075

Bancos e aplicações financeiras: A Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

Mútuo com partes relacionadas: Correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras, exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para reais em 30 de junho de 2026 no valor de R\$ 26.589, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

Fornecedores: Referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Risco de mudança nas taxas de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos investimentos.

Apresentamos, a seguir, nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, e do Pronunciamento Técnico CPC 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Companhia. Este quadro descreve os riscos relacionados à variação nas taxas de juros às quais nossas dívidas e aplicações financeiras estão atreladas, estimados pela Administração para a data-base de 30 de junho de 2026. A análise considera cenários prováveis e adversos, com base nas projeções do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), demonstrando, em cada cenário, o efeito da variação sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

		Controladora				
		Cenário				
		Provável		Remoto		
	30/06/26	Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%
Empréstimos	(12.215)	(13.896)	(14.216)	(13.575)	(14.537)	(13.254)
Aplicações financeiras	8.132	8.834	9.011	8.657	9.188	8.480
Exposição líquida	(4.083)	(5.062)	(5.205)	(4.918)	(5.349)	(4.774)

		Consolidado				
		Cenário				
		Provável		Remoto		
	30/06/26	Provável (i)	+25%	-25%	+50%	-50%
Empréstimos	(12.215)	(13.896)	(14.216)	(13.575)	(14.537)	(13.254)
Aplicações financeiras	21.309	21.383	21.852	20.914	22.322	20.444
Exposição líquida	9.094	7.487	7.636	7.339	7.785	7.190

- (i) A taxa utilizada para o CDI neste cenário é de 12,40% a.a., resultado da subtração de 0,10% da taxa SELIC de 12,50% a.a., projetada para 30 de junho de 2026 pelo relatório Focus publicado em 27 de junho de 2026. Foram consideradas as taxas médias de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2026.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) Risco de mudança nas taxas de câmbio

Em atendimento à Resolução CVM nº 80, em 30 de junho de 2026 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo das disponibilidades de caixas e aplicações em moeda estrangeira, bem como os compromissos com fornecedores internacionais, conforme quadro a seguir:

Controladora						
Cenário						
	30/06/2026	Provável (i)	Possível		Remoto	
			+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	171	171	214	128	257	86
Empréstimos	(12.215)	(12.215)	(15.269)	(9.161)	(18.323)	(6.108)
Fornecedores	(81)	(81)	(101)	(61)	(122)	(41)
Exposição líquida	(12.125)	(12.125)	(15.156)	(9.094)	(18.188)	(6.063)

Consolidado						
Cenário						
	30/06/2026	Provável (i)	Possível		Remoto	
			+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	16.660	16.660	20.825	12.495	24.990	8.332
Empréstimos	(12.215)	(12.215)	(15.269)	(9.161)	(18.323)	(6.108)
Fornecedores	(81)	(81)	(101)	(61)	(122)	(41)
Exposição líquida	4.364	4.364	5.455	3.273	6.545	2.183

(i) O cálculo do cenário Provável dos próximos 12 (doze) meses é resultado da estimativa da taxa de câmbio para o dólar americano de R\$ 5,16 em 30 de junho de 2026, segundo o relatório Focus publicado em 27 de junho de 2026.

(ii) No cenário Possível, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 6,45, as estimativas geram variação negativa em 12 meses de R\$ 1.092 e R\$ 3.031 no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(iii) Em outra análise de cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com apreciação de 25% nas paridades cambiais, diminuindo o dólar americano para R\$ 3,87, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 1.092 no Consolidado e R\$ 3.031 na Controladora.

(iv) No cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 7,74, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 2.182 e R\$ 6.063 no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(v) Ainda dentro da análise do cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com apreciação de 50% nas paridades cambiais, ocasionando queda do dólar americano para R\$ 2,58, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 2.183 e R\$ 6.063 no Consolidado e na Controladora, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**f) Risco do ambiente macroeconômico**

As economias brasileira, argentina e chilena têm sido marcadas por frequentes e, por vezes, significativas intervenções de seus respectivos governos federais, os quais modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações dos governos federais brasileiro, argentino e, de maneira menos significativa, do governo chileno, para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que os governos desses três países possam adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) taxas de juros; (ii) política monetária; (iii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iv) flutuações cambiais; (v) inflação; (vi) instabilidade social; (vii) instabilidade dos preços; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) impactos da legislação ambiental; (x) barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior; (xi) política fiscal; e (xii) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico desses países, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

g) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo, lógica que mudou entre os anos de 2016 e 2020, com reduções da taxa durante esse período. Entretanto, em 2021, com o impacto da pandemia na economia, vimos o aumento da taxa de juros o objetivo de controlar a inflação.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), em dezembro de 2024 a inflação acumulada em 12 meses foi de 4,83%, em 2023 a taxa de inflação de preços no Brasil foi de 4,62%.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro e eventuais pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem causar um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

Estamos expostos a inflação sobre Caixa mantido no Chile e na Argentina. No caso do Chile, o cenário atual da economia nos leva a crer que este risco é pouco relevante, além de nossas disponibilidades de caixa estarem investidas em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Na Argentina, da mesma forma, nos protegemos com o investimento do nosso caixa em fundos de renda fixa que rendem, no mínimo, inflação. Parte do nosso caixa na Argentina é composto por saldo a repassar a terceiros, estando esta exposição concentrada no produtor terceiro. Quanto aos fornecedores em moeda local, seus custos acompanham a cotação do dólar contra o peso argentino, o que buscamos, no mínimo acompanhar no preço dos ingressos e aluguéis vendidos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

h) Risco legais

Os governos brasileiro, argentino e chileno podem, a qualquer momento, alterar os seus regimes tributários de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

i) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

j) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

26. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens e está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		30/06/2026	31/12/2025
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	70.000	70.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	33.667	33.667
		<u>103.667</u>	<u>103.667</u>

As premissas adotadas para a contratação de seguros são definidas e revisadas pela Administração e não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**27. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS****a) Contratos de patrocínio**

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 115.109 (R\$ 146.098 em 31 de dezembro de 2025).

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$66.468 para 30 de junho de 2026 (R\$65.664 em 31 de dezembro de 2025).

d) Contrato de Compra e Venda de Ações

Por força de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado junto à empresa Veloci Investimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2020, que teve como objeto a venda, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Vicar Promoções Desportivas S.A. ("Vicar"), a T4F permaneceu responsável pela condução das Reclamações de Terceiros em face da Vicar que tiveram início antes da assinatura do Contrato, e também se responsabilizou por qualquer contingência, passivo, obrigação e/ou responsabilidade da Vicar de qualquer espécie ou natureza, tais como – porém sem se limitar a – aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental ou civil, que venha a ser reclamado da Vicar e que esteja ou não devidamente registrado nas demonstrações financeiras e nos livros e registros contábeis da Vicar ou mencionado no Contrato ou em seus anexos, cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do Contrato ou decorrentes de atos praticados pela Vicar ou pela T4F e pela Vendedora YPY Participações S.A. até a data de assinatura do Contrato. Foi constituída pela T4F uma Conta Escrow em garantia ao integral cumprimento das obrigações contratuais das Vendedoras, na qual foi depositado pelos Compradores o valor de R\$5, o qual será liberado gradualmente às Vendedoras, conforme mecanismo previsto em contrato.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais, requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; (iii) Chile, (iv) Peru e (v) Estados Unidos da América.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2026 e 2025.

Consolidado				
30/06/26				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	13.626	37.903	5.405	56.934
Custos	(15.172)	(29.610)	-	(44.782)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.546)	8.293	5.405	12.152
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(637)	(1.514)	-	(2.151)
	(2.183)	6.779	5.405	10.001
Despesas administrativas				(17.102)
Resultado financeiro				(4.515)
Lucro antes dos impostos				(11.616)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado				
30/06/25				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	10.057	48.076	19.217	77.350
Custos	(21.135)	(39.048)	-	(60.183)
Lucro (prejuízo) bruto	(11.078)	9.028	19.217	17.167
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(173)	(3.801)	-	(3.974)
	(11.251)	5.227	19.217	13.193
Despesas administrativas				(15.171)
Resultado financeiro				2.566
Lucro antes dos impostos				588

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado				
	01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Receita líquida				
Argentina	13.296	25.330	16.071	34.307
Brasil	10.473	31.604	38.323	42.947
Chile	-	-	4	96
	23.769	56.934	54.398	77.350

Lucro bruto (prejuízo)

Consolidado				
	01/04/2026 a 30/06/26	01/01/2026 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Argentina	4.965	8.321	5.358	9.250
Brasil	(1.082)	3.831	7.799	7.820
Chile	-	-	7	96
	3.883	12.152	13.164	17.166

Lucro (prejuízo) operacional

Consolidado				
	01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Argentina	(2.389)	(7.013)	(3.750)	(7.397)
Brasil	(11.881)	(12.165)	1.423	(4.855)
Chile	10	(129)	(731)	(717)
Peru	165	(463)	191	315
Estados Unidos da América	46	94	54	113
	(14.049)	(19.676)	(2.813)	(12.541)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

29. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 30 de junho de 2026, não havia ações ordinárias potenciais.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Consolidado			
	01/04/26 a 30/06/26	01/01/26 a 30/06/26	01/04/25 a 30/06/25	01/01/25 a 30/06/25
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(14.375)	(17.601)	(265)	(12.067)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	6.741.262	6.741.262	6.741.262	6.741.262
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação	6.741.262	6.741.262	6.741.262	6.741.262
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	(2,1324)	(2,6109)	(0,0393)	(1,7900)
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	(2,1324)	(2,6109)	(0,0393)	(1,7900)

- (i) Conforme comunicado ao mercado divulgado em 28/05/2025 por meio de fato relevante, a Companhia realizou o grupamento de ações, dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 6.741.262 ações ordinárias.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas informações contábeis intermediárias livres de distorções relevantes.

Declara ainda que revisou o conjunto das informações contábeis intermediárias e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Francesca Brown Alterio, Diretora Presidente, Diretora Financeira e de Relações com Investidores, declara que tem conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 12 de agosto de 2026